



Anais do V Encontro da Rede de Estudos Agrários

"Fases da agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro"

16, 17 e 18 de junho de 2015

Alfenas - MG

TERRITORIALIZAÇÃO DA MOBILIDADE POPULACIONAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DE CARMO DO RIO CLARO-MG E SANTA LUZ-BA¹



Haroldo Junior Martins Cardoso
Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais – UNIFAL/MG
Mestrando em Geografia UFMG.
haroldojunior1602@hotmail.com

Flamarion Dutra Alves
Prof. Dr. UNIFAL/MG – Líder do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais
dutrasm@yahoo.com.br

Resumo

Os deslocamentos populacionais no Brasil configuram as dinâmicas dos fluxos de pessoas, que migram em busca de melhores condições de vida e trabalho. O presente trabalho buscou analisar a dinâmica migratória entre os municípios de Santaluz – BA e Carmo do Rio Claro – MG, destacando a direção dos fluxos migratórios para o distrito de Vilelândia. A pesquisa teve como objetivo o levantamento de informações sobre a migração entre os dois municípios, ressaltando alguns aspectos específicos, tanto na escala regional quanto na escala local. A análise tem como fundamento o levantamento de dados históricos a nível macro, que caracterizam os aspectos regionais dos dois municípios, permitindo a comparação das duas estruturas e a formação de centros de atração e repulsão de mão de obra. No nível micro, que busca informações junto aos migrantes e a população local, utilizando questionário com questões pré-estabelecidas sobre as alterações na dinâmica das relações socioespaciais. As proposições teóricas e metodológicas sobre os movimentos migratórios desenvolvidos no seio da Geografia, contribuirão para reforçar as perspectivas dos deslocamentos populacionais. A compreensão das formas de migração e dos processos inseridos nos deslocamentos populacionais, compreendendo a partir da perspectiva dos entrevistados a dinâmica socioespacial, os processos de des-re-territorialização e configuração de uma rede de fluxos, denominada rede social de migração.

Palavras-chave: Migração, Desigualdades regionais, Des-re-territorialização.

Abstract

Population shifts in Brazil configures the dynamic flows of people, who migrate in search of better conditions of life and work. The present study searched to analyze the migration dynamics between the municipalities of Santaluz - BA and Carmo do Rio Claro - MG, highlighting the direction of flows for the district of Vilelândia. The survey was aimed at collecting information on migration between the two municipalities, highlighting particular aspects, both on the regional scale and at the local scale. The analysis is based

¹ Este trabalho é resultado do trabalho de conclusão de curso em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas.

a survey of the historical macro level, featuring regional aspects of the two counties, allowing the comparison of the two structures and the formation of centers of attraction and repulsion of labor data. At the micro level, seeking information with migrants and the local population, using a questionnaire with predetermined questions about the changes in the dynamics of socio-spatial relations. The theoretical and methodological propositions on migratory movements developed within the Geography, contribute to reinforce the prospects of population displacement. Understanding the forms of migration and the processes inserted in population displacement, including from the perspective of the respondents socio-spatial dynamics, the processes of de-re-territorialisation and configuration of a network of flows, called social network migration.

Keywords: Migration, Regional inequalities, Des-re-territorialization

INTRODUÇÃO

O processo de formação do território brasileiro é marcado por deslocamentos populacionais, ocupando e explorando novos e velhos espaços. A dinâmica dos deslocamentos ocorre por inúmeros fatores, sobretudo políticos, econômicos e ideológicos. Estes direcionam a mão de obra disponível, visando atender às necessidades dos diferentes setores da economia. No contexto nacional, as migrações internas se tornam significativas a partir da década de 1940, com a intensificação da industrialização, da urbanização brasileira, reflexo também da concentração fundiária nacional. Nas décadas de 1970 e 1980, a estagnação econômica produziu um grande contingente de trabalhadores desempregados ou subempregados, período em que, o Estado continuou a ter papel influente na determinação do sentido e da dinâmica dos fluxos migratórios.

Na década de 1990, com a intensificação do processo de globalização identifica-se um novo padrão migratório, caracterizado pela migração de retorno e pelas migrações temporárias e/ou sazonais. Estas últimas se territorializam principalmente no campo, onde a modernização tecnológica produziu alterações significativas na organização espacial. O formato da inserção desigual da modernização capitalista no espaço agrário brasileiro, enfatizou as desigualdades regionais e propiciou a constituição dos centros de atração e repulsão de força de trabalho, que perpetuam até os dias atuais. Como exemplo, a região Nordeste e o Norte de Minas representaram historicamente um exército de mão de obra para atender as necessidades capitalistas (PÒVOA, 1999; BECKER, 2006). Embora as perdas populacionais destas regiões tenham ocorrido sobretudo no século XX, ainda hoje o movimento migratório para o Centro-sul do Brasil permanecem. O sul de Minas Gerais tem recebido grande quantidade de migrantes nordestinos para o trabalho na cafeicultura.

As formas de pensar a mobilidade populacional, acompanharam as perspectivas de análise das correntes do pensamento geográfico. Cada vertente privilegiou análises da mobilidade populacional sob uma ótica, proporcionando contribuições significativas para a análise do fenômeno. Contudo existem lacunas e discussões ainda pertinentes sobre as formas de análise dos deslocamentos populacionais, principalmente aos métodos de análise da mobilidade populacional temporárias e/ou sazonais, embora exista uma vasta gama de trabalhos em diversas campos científicos, como a Sociologia, Antropologia, Economia, etc.

Este trabalho teve como objetivo a análise da mobilidade sazonal, entre os municípios de Santaluz- BA e Carmo do Rio Claro – MG, sendo o primeiro município a origem dos trabalhadores e o segundo o destino. Para realização da análise foram estabelecidos alguns percursos metodológicos que permitiram o levantamento e a análise das informações. A adoção de uma metodologia multiescalar na pesquisa, se deu a partir da incorporação dos aspectos de nível macro e micro, no caso representado pelas escalas regionais relacionados aos modos de produção predominantes tanto na origem quanto no destino, buscando compreender os aspectos históricos-estruturais que contribuem para a configuração da mobilidade entre as localidades. A segunda escala de análise compreende o nível local, com a finalidade obter informações atreladas aos indivíduos. As informações foram obtidas com base em questionários com questões pré-estabelecidas, aplicadas com o sessenta trabalhadores migrantes e com cem pessoas residentes no distrito de Vilelândia em Carmo do Rio Claro. A exposição teórica de Barbieri (2005) indica que mobilidade da população afeta tanto a origem quanto o destino, alterando as estruturas socioeconômicas dos domicílios e da comunidade, o próprio autor ressalta que o trabalhador migrante não se desloca sozinho, atribuindo a categoria das redes na análise da mobilidade da população para o trabalho.

Migração ou Mobilidade: repensando conceitos

As reflexões teóricas a respeito da migração, apontam para dois enfoques principais. O primeiro corresponde ao Neoclássico, concebendo o fenômeno migratório como um fator positivo na economia, capaz estabelecer equilíbrio entre os espaços, analisando a migração a partir de métodos de quantificação dos fluxos populacionais, considerando os fatores de atração e repulsão da força de trabalho como critério de análise, e a migração como uma escolha individual. Dentre os principais autores dessa vertente, destaca-se Ravenstein (1885), o qual teve como foco as migrações no Reino

Unido. Em sua análise, buscou identificar o padrão migratório, no contexto da Revolução Industrial, no século XIX, estabelecendo leis que determinavam os padrões e os processos integrados aos deslocamentos populacionais, relacionados a busca por trabalho nos centros industriais (SILVA, 1999; PORTO, 2014).

Após mais de meio século, sem formulações capazes de serem generalizadas, o demógrafo estadunidense, Lee (1966) retoma as discussões sobre a mobilidade populacional, dedicando-se principalmente na compreensão das fatores que produzem a migração, a partir dos aspectos presentes no local de origem e no local de destino. “Sua proposição envolvia um conjunto de fatores negativos e positivos na áreas de origem e destino dos migrantes, um conjunto de obstáculos intervenientes e uma série de fatores pessoais” (BECKER, 2006, p. 327).

As críticas a esta vertente se dão em função da exclusão de fatores inerentes ao próprio desenvolvimento do sistema capitalista, que propicia o fenômeno da migração, uma vez, que os neoclássicos analisavam a migração, com base nas concepções deterministas, reduzindo o fenômeno a identificação dos fluxos e sua quantificação, considerando o migrante como elemento capaz de equilibrar o espaço (BECKER, 2006, p. 332; PÓVOA, 1999; PORTO, 2014).

A abordagem Neomarxista, atrela a migração à fatores exclusivamente econômicos, avaliando a migração como um processo determinado pelo capitalismo, aplicando o enfoque dialético numa análise histórico-estrutural, considerando a migração como um processo determinado por fatores pretéritos, que produzem estruturas sociais condicionadas a mobilidade. Dentre os precursores dessa vertente, destaca-se as contribuições de Singer (1987), pela incorporação dos aspectos históricos-estruturais nas análises da migração, enfatizando a incorporação do sistema capitalista aos modos de produção agrícola, considerado pelo autor como “fatores de mudança”, expropriando o pequeno produtor, dedicado a agricultura de subsistência. A manutenção da agricultura de subsistência representa os “fatores de estagnação”, pela dificuldade de inserção dos produtos no mercado capitalista e pelas limitação da produção, atrelado as condições físicas da terra, como é o caso do Nordeste. Singer (1987, p. 38) aponta como os *fatores de mudança e estagnação* favorecem a mobilidade dos trabalhadores, sobretudo no seio nas atividades agrícolas, onde o trabalhador ou é expropriado da terra ou dos meios de produção.

[...]Os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: *fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de

agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego; [...] e *fatores de estagnação*, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários.

Peek (1978), relacionou a migração a transição da produção agrícola não capitalista para a capitalista, nos países em desenvolvimento, principalmente na América Latina. Já Gaudemar (1977), partiu do enfoque neomarxista, para explicar que a mobilidade acompanha os movimentos do capital. Assim, a mobilidade seria uma decisão forçada, divergindo da visão neoclássica, onde o migrante tomava a própria decisão de migrar, tornando-se força de trabalho sujeita ao capitalismo como mercadoria com valor agregado. A obra de Gaudemar (1977, p. 64) se apoia na dialética marxista, para entender as forças econômicas que provocam a mobilidade, a qual ele inicia uma diferenciação conceitual entre migração e mobilidade populacional.

[...]na linguagem dos praticantes, entre “mobilidade” e “migração”, indica claramente a elaboração indutiva à qual eles se entregam: não podendo, através de estatísticas e das diferentes observações da vida econômica, considerar senão os próprios movimentos dos homens, são estes movimentos que para eles qualificam o conceito de mobilidade.

As críticas a este enfoque estão atreladas ao fato de desconsiderar as perspectivas dos próprios migrantes, como critério para análise da migração (PÓVOA, 1999; MENEZES, 2012; BECKER, 2006). A partir dessa breve exposição é relevante enaltecer que ambas as vertentes contribuíram e contribuem para análise dos deslocamentos populacionais, cabendo ao pesquisador atribuir-lhes significado durante a realização da pesquisa.

Retomando a discussão conceitual sobre *mobilidade* e *migração* (grifo nosso), Becker (1997, p. 323) aponta que a migração possa ser compreendida como “mobilidade espacial da população”. Hogan (2005, p. 326) afirma que o termo *mobilidade* envolve fatores para além da mudança permanente ou temporária de residência. “O termo *mobilidade* é usado como um conceito mais amplo que *migração*, já que considera que uma parte crescente dos movimentos população com impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais”.

A noção do termo migração, como simples mudança de residência, está atrelada ao uso do termo nos censos demográficos realizadas pelo IBGE, que possibilita correlacionar alguns fatores ligados a migração, principalmente a “origem” e o “destino” dos deslocamentos populacionais (LOBO, 2009, p. 77-78). Para Mattos (2011, p.130) o migrante pode ser caracterizado como indivíduo que realizou “um movimento entre dois

municípios no intervalo de dois censos, ou o que fez diversas mudanças de domicílio ao longo da sua vida”. Esse breve arcabouço conceitual referenda a perspectiva neoclássica, a qual tinha como objetivo uma análise quantitativa e a formulação de leis gerais sobre os deslocamentos e desconsidera fatores importantes para a compreensão do fenômeno.

Devido a amplitude dos fatores relacionados ao deslocamento populacional, que será abordado neste trabalho, a opção pelo conceito de mobilidade populacional é recorrente, por abarcar uma dimensão maior dos fatores e processos relacionados ao movimento das pessoas no espaço, e por abarcar a dimensão do deslocamento para o trabalho. O conceito de mobilidade permite uma aproximação no campo da Geografia enquanto ciência. Haesbaert (2011, p. 238) expõem que, “pode-se definir a mobilidade como a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares”, o que possibilita que os indivíduos se desloquem e criem laços com diferentes lugares. Ele também define o migrante como uma “parcela integrante ou que está em busca de integração numa (pós) modernidade marcada pela flexibilização e precarização das relações de trabalho”.

A modalidade de mobilidade temporária corresponde aos deslocamentos para atender a demanda por mão de obra em diferentes regiões do país, onde trabalhadores se deslocam para atuarem em diversas atividades tanto no campo quanto na cidade, e com o fim do período de trabalho retornam aos seus lugares de origem.

A mobilidade sazonal da população, que também se enquadra como temporária, é determinada pelas necessidades produtivas, com relevância para os períodos das safras agrícolas. No Brasil este tipo de mobilidade ocorre, sobretudo, na colheita da laranja, da cana-de-açúcar, no café, no algodão, entre outras monoculturas (CARMO, 2012). Essa caracterização da migração sazonal, demonstra a relação entre a migração e a necessidade do migrante por trabalho, mesmo que temporário.

Dentro do contexto da mobilidade especificamente a sazonal, vale destacar que os deslocamentos para outras regiões à procura de trabalho, permitem que o trabalhador se mantenha no seu local de origem, garantindo a sobrevivência tanto no campo quanto na cidade, mesmo que, exista uma submissão a longas jornadas de trabalho, para conseguir atingir suas metas ou metas impostas pelos empregadores. Nesse sentido as contribuições dos trabalhos desenvolvidos por Silva (1999), relacionando as questões dos trabalhadores do campo com as migrações temporárias e/ou sazonais, abordando as condições de trabalho nas lavouras de cana de açúcar, laranja, café do interior paulista, partindo do viés

da dominação de classe pela expropriação dos modos de produção, enfatizando o processo de transformação dos pequenos produtores em trabalhadores assalariados, migrantes, volantes, pelo processo de socialização para o trabalho, são bastante relevantes.

No movimento de saída do lugar de origem e de chegada no lugar de destino e retorno, o trabalhador estabelece múltiplas relações socioespaciais. Nesse processo de deslocamento, como demonstra Haesbaert (1998), ao analisar as implicações territoriais da migração de gaúchos para outras regiões do país, os mesmos carregavam suas identidades do lugar de origem, mantendo algumas tradições e incorporando novas manifestações de identidade. O que Silva (1999) relacionou às múltiplas identidades dos trabalhadores migrantes no campo, Haesbaert (2001, p. 246), denominou de des-re-territorialização, afirmando que a migração é um processo que está para além da desterritorialização, “pode ser vista em diversos níveis de des-reterritorialização” e “não há desterritorialização sem (re)territorialização”.

Ao mesmo tempo que esse movimento dos migrantes produz uma rede migratória, Haesbaert (1998, p. 62), define essa interação da seguinte forma: “territórios são marcados sobretudo pela horizontalidade espacial e especialmente quando fragmentados necessitam de redes (ainda que imateriais) para sua articulação”. Saquet e Montardo (2008, p. 119) enfatizam que a migração “coincide com um processo de construção e interação territorial em rede. Portanto a mobilidade espacial da população produz, através de uma interação em rede, a construção de territórios interligados entre si, tanto nos aspectos econômicos, culturais e políticos.” A formação da rede, ocorre a partir dos fluxos de informação e comunicação entre o lugar de origem e o lugar de destino, no processo de ir e vir e nos laços sociais estabelecidos pelo migrante, constituindo uma multiterritorialidade formada a partir da rede social estabelecida na trajetória do migrante (HAESBAERT, 1998; SAQUET, MONTARDO, 2008). A utilização das redes como categoria de análise, oferece o suporte necessário para compreender a mobilidade sazonal da população entre os municípios de Carmo do Rio Claro-MG e Santaluz-BA.

CONTEXTO HISTÓRICO E A REALIDADE SOCIOESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DE CARMO DO RIO CLARO-MG E SANTALUZ-BA

A necessidade de contextualizar as diferentes regiões, onde se inserem os dois municípios em questão, serve para representar as realidades socioespaciais intrínsecas

que denotam os caracteres de atração e expulsão da população, mesmo de forma temporária. A intensão é remontar o contexto histórico de formação dos municípios levando em consideração a questão regional. Este levantamento histórico permite ressaltar alguns elementos que fomentam as disparidades regionais e que configuram e intensificam a mobilidade populacional entre os dois municípios, possibilitando o entendimento dos processos de apropriação do espaço nas diferentes regiões e como estes configuram o quadro para análise da migração.

Movimento migratório entre Santaluz – BA e Carmo do Rio Claro – MG.

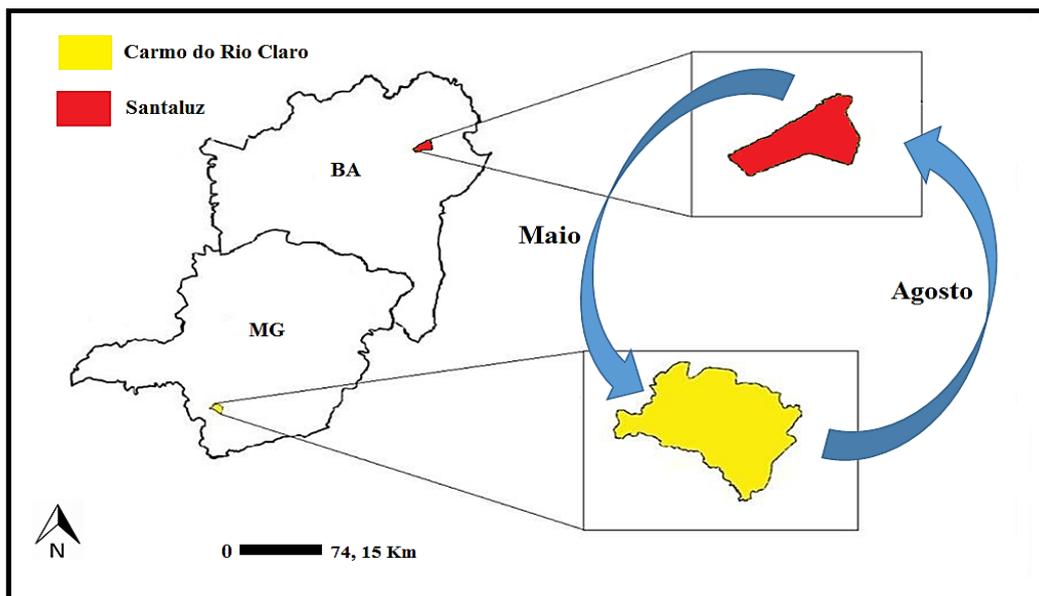


Figura 1: Mapa representativo do movimento migratório entre Santaluz - BA e Carmo do Rio Claro - MG.

A cafeicultura no Sul de Minas e a formação de Carmo do Rio Claro - MG

O município de Carmo do Rio claro está inserido no contexto da microrregião do Sul/Sudoeste de Minas gerais e na microrregião de Alfenas. Sobre os processos históricos de constituição do contexto regional é importante destacar o papel da cafeicultura. Conforme análise bibliográfica, a região ampliou sua dinâmica de fluxos de mercadorias e pessoas, pela instalação da cafeicultura, promovendo o desenvolvimento das pequenas vilas, no decorrer da segunda metade do século XIX.

A ferrovia representa o avanço da modernização no espaço sul-mineiro, que possibilitou não somente o escoamento da produção, mas também o meio de articulação política das elites locais. “Com o crescimento acelerado da produção cafeeira, aumentam também as necessidades, de melhoria na infraestrutura de sua produção, mão de obra e transporte” (CAÇÃO, 2012, p. 8), portanto a ferrovia se instala como precursora da

modernização, agregando novas possibilidades para a efetivação da cafeicultura como principal fonte de renda, durante o fim do século XIX. “As principais linhas férreas da região foram: Estrada de Ferro Minas e Rio, Estrada de Ferro Sapucaí, Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e a Estrada de Ferro Muzambinho.” (CASTILHO, 2012, p. 50). Neste momento intensificam-se as relações políticas, econômicas e sociais, sobretudo com a elite paulista, propiciado pelo ferrovia.

A rubiácea iniciou sua expansão pelo Sul de Minas na freguesia de Dolores de Guaxupé, em 1875, [...] Segundo Oliveira e Grinberg: “terras férteis em abundância e quase a custo zero, mão-de-obra ociosa, expansão das linhas ferroviárias e, principalmente, um longo período de preços atraentes do café explicam a rápida expansão cafeicultora no Sul de Minas. (CASTILHO, p. 33-34)

Saes e Avelino (2012, p. 76) trazem dados referentes aos aspectos populacionais, destacando uma população escrava nos municípios sul-mineiros. No município de Carmo do Rio Claro existiam cerca de 1.227 escravos em 1885, marcando os períodos de fim do regime Imperial no Brasil e conseqüentemente a transição da força de trabalho escrava pelo imigrante europeu. Esse processo é influenciado diretamente pelo desenvolvimento dos transportes ferroviários, que possibilitando a distribuição dos imigrantes para o interior. A cristalização da monocultura do café e os subsídios oferecidos pelo governo impulsionaram a imigração sobretudo após 1880 mantendo os fluxos até a Primeira Guerra Mundial (BOTELHO et al 2007, p. 156).

Nesse processo, que são ocupadas as terras, onde se encontra o distrito de Vilelândia, fundando em meados do século XIX, por famílias de sobrenome Vilela. De acordo com Soares (2011, p. 498), estas famílias vieram de Campos Gerais-MG e Coqueiral-MG, fixaram residência no local denominado Três Barras, “demarcaram vastas áreas de terra para a prática da agricultura e da criação de gado” (ROSA, 2004, p.57). O enfoque abordado por Soares (2011) é a genealogia da família Vilela em Carmo do Rio Claro, bem como, no distrito da Vilelândia, que recebe este nome pela sua fundação por duas famílias de origem Vilela. Conforme a exposição de Rosa (2004, p. 57), as terras eram:

[...]propriedade do Sr. José Leonel Vilela e do Sr. Olímpio Leonel Vilela. Ambas, com áreas de extensas, não se conhecendo os números reais, apresentavam colônias com número superior a vinte famílias cada. Com a venda de partes dessas terras para sobrinhos e doação a herdeiros, a população da região compreendida entre as duas fazendas amentou substancialmente.

Os relatos mostram que prevaleceu a grande propriedade e comumente a monocultura, com a dispersão destas grandes propriedades divididas entre as famílias.

Hodiernamente, a agricultura se baseia na produção familiar com a presença da

monocultura do café, nas áreas que são possíveis uma produção ainda rentável, as outras áreas, divide-se entre a pastagem, a produção de milho para silagem ou grão.



Figura 2: Principal avenida do distrito de Vilelândia.
Fonte: Pesquisa de campo (Maio, 2013).

A **Tabela 1**, mostra a distribuição de terras no município de Carmo do Rio Claro e permite inferir a presença de uma estrutura fundiária, baseada elevada distribuição de terras, demonstrando a presença de um modelo de agricultura familiar, voltado para a exportação da *commodity*. Conforme os critérios estabelecidos pelo INCRA as propriedades com estrutura fundiária de 23 à 87 ha, que utiliza mão de obra familiar, a renda deve predominantemente estar ligada as atividades exercidas na propriedade e o estabelecimento ser gerido pela família, caracterizando o modelo de agricultura familiar no município (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2006). A partir da definição é possível inferir que, cerca de 50% das propriedades do município são destinadas a prática da agricultura familiar, sendo 85,86% (IBGE, 2006) tem como principal atividade a cafeicultura. (CARDOSO, ALVES, 2014).

Os apontamentos dos aspectos regionais, relacionados a constituição da cafeicultura como principal atividade agrícola, juntamente com os aspectos locais, explicitamente a elevada distribuição de terras e predomínio da agricultura familiar, gerando uma demanda por mão de obra nos períodos de colheita, favorecendo a constituição de um centro de atração de atração de migrantes.

Tabela 1 - Número de estabelecimento agropecuários por unidade de área no município de Carmo do Rio Claro – MG em 1996

Tamanho dos estabelecimentos	Número de estabelecimentos
Até 1 ha	12
1 a 2 ha	23
2 a 5 ha	173
5 a 10 ha	166
10 a 20 ha	175
20 a 50 ha	252
50 a 100 ha	138
100 a 200 ha	104
200 a 500 ha	50
500 a 1000 ha	12
1000 a 2000 ha	1
2000 a 5000 ha	0
Total	1.106

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012)

O Território do Sisal e formação de Santaluz – BA

O município de Santaluz, está localizado na mesorregião do Nordeste Baiano e da microrregião da Serrinha, segundo a divisão regional realizada pelo IBGE, com uma extensão territorial 1.597,202 Km². Fundada em 1935, hodiernamente tem como fonte de renda a agricultura, a pecuária, extração de minérios como ouro, cromo, magnésio e prata e a produção de sisal, sendo a mais representativa no município. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ, 2013)

De acordo com a definição de Nascimento (2008, p. 27), o processo de ocupação econômico-espacial da mesorregião nordeste da Bahia, onde se insere o município de Santaluz, deu-se a partir da pecuária extensiva e as rotas comerciais entre as principais fazendas da região. Em função da baixa fertilidade do solo que inviabilizava as produções agrícolas, propiciando uma ocupação nas proximidades dos rios, lagos e brejos, tanto pelas melhores condições para produzir quanto pela disponibilidade de água.

A introdução do sisal na região ocorre por volta de 1903, contudo, sua maior representatividade econômica ocorre a partir de 1940. No período pós-guerra, “o sisal foi considerado a ²“planta redentora”, recuperando econômica e socialmente, um vasto

² O interesse na produção do sisal estava atrelado a utilização da fibra para fabricação de cordas, destinadas à indústria naval. Este tipo de produção perde espaço no mercado, pela introdução da fibra sintética, proveniente do petróleo, produzindo a crise da produção sisaleira na década de 1970.

território que vivia em “extremo *pauperismo*”, com sua população flagelada pela pobreza e sujeita periodicamente aos êxodos rurais” (SILVA, 2012, p. 133).

[...] as políticas públicas de “construção de represas e escavação de poços” sempre estiveram dirigidas às áreas particulares dos fazendeiros, privando (e privatizando) boa parte do volume de água. (CODES SISAL, 2010, p. 23) Em síntese, a “indústria da seca” em nada contribui para reduzir a pobreza e a exclusão social, permanecendo, até hoje, como “moeda de troca”. (SILVA, 2012, p. 132)



Na década de 1960, o estado da Bahia lidera a produção nacional de sisal, promovendo a integração regional a economia nacional. “Nesse período, a expansão da produção do sisal ganhou força em razão das políticas de industrialização implantadas no país – favorecendo a adoção de processos de mecanização do desfibramento, por meio da *máquina paraibana*” (ibid. p. 134 – grifo do autor). Na década de 1970, com o desenvolvimento da fibra sintética, a produção sisaleira entra em decadência, agravando a situação econômica e social da região. Na década de 1990, como forma de revitalizar a produção é implantado o Território do Sisal, englobando os municípios produtores de sisal. Santos e Silva (2010, p. 75), afirmam que a implantação do Território do Sisal não tem uma importância somente econômica, mas representa o força motriz dos movimentos sociais na Bahia. É possível entender que o sisal, devido a sua importância regional, representa uma monocultura, da mesma forma que outras monoculturas (eucalipto, cana de açúcar, soja) existentes no restante do país. Como toda a monocultura, a concentração de terras muitas vezes demonstra a forma de apropriação desigual do capitalismo.

A **Tabela 2**, mostra a distribuição de terras no município de Santaluz – BA, relacionando ao contexto da produção sisaleira, que favorece um padrão de latifúndios. Os dados do censo agropecuário mostram que 60% dos estabelecimentos agropecuários possuem extensão entre 1 a 20 hectares, não se enquadrando no perfil de agricultura familiar e que dificulta a participação em programas de financiamento e incentivo do governo, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF), O Programa de Aquisição de Alimento (PAA), O Programa Nacional de Habitação Rural, entre outros que favorecem a manutenção das famílias nas atividades em suas atividades agrícolas. Dos estabelecimentos restantes 29% se encaixam no perfil de pequena propriedade de agricultura familiar, que mesmo não sendo tão expressiva, encontra dificuldades de produzir, sobretudo pelo quadro natural da região do semiárido baiano e a ausência de políticas e programas efetivos, que atendam as reais necessidades dos pequenos produtores de Santaluz.

Tabela 2 – Tamanho e número de estabelecimento agropecuários por unidade de área no município de Santaluz - BA em 1996

Tamanho de estabelecimentos	Número de estabelecimentos
Até 1 ha	108
1 a 2 ha	123
2 a 5 ha	381
5 a 10 ha	329
10 a 20 ha	338
20 a 50 ha	454
50 a 100 ha	154
100 a 200 ha	111
200 a 500 ha	73
500 a 1000 ha	23
1000 a 2000 ha	11
2000 a 5000 ha	2
Total	2.107

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012).



Perfil socioeconômico e perspectivas dos trabalhadores migrantes

Conforme os dados obtidos a partir de questionários aplicados com 61 migrantes, no período de maio a agosto de 2013. A proporção dos dados mostra que, dos entrevistados 57 são homens, destes 48 tem idade entre 20 a 40 anos e 25 são casados. O perfil do migrante com idade economicamente ativa e que busca melhores condições de trabalho e renda, para se manter no lugar de origem.

Woortmann (1990) exemplifica o papel do homem migrante, que se desloca em busca de melhores condições, sobretudo camponeses, que assumem seu papel patriarcal e migra com o intuito de assegurar o sustento da família e manter a sua hierarquia. São as necessidades e as responsabilidades que impulsionam e configuram a migração sazonal para oferecer a força de trabalho em outros espaços. “Migrar ou não poderá depender então, não só da sazonalidade ou da alternância de anos bons e ruins, mas igualmente das possibilidades de outros usos alternativos do tempo e dos recursos disponíveis, realizando a cada ano um cálculo das vantagens relativas de permanecer.” (WOORTMANN, 1990, p. 40).

Ao serem questionados sobre as motivações que os levam a decisão de se deslocar, 84% os trabalhadores apontaram se deslocam em busca de melhores condições de trabalho, renda e pela falta de trabalho no lugar de origem, somente 16% atrelaram a motivação de se deslocar com o problema ao quadro natural da seca. A busca por

melhores condições de trabalho e renda é ressaltada, quanto a renda dos migrantes, onde 72% dos entrevistados afirmaram ter renda de menos de um salário mínimo.

Santos e Silva (2010, p. 78), apontam que “especificamente no Território do Sisal verificamos, em atividade de campo realizado no mês de agosto de 2009, que o trabalho remunerado era 15,00 o dia enquanto o salário mínimo no Brasil era de R\$ 465,00”. Silva (2012, p. 137), também levanta os questionamentos sobre a exploração dos trabalhadores no processo de produção e beneficiamento do sisal, destacando o modo perverso de exploração do trabalho, “quem não se sujeitava à servidão do sisal ficava sem alternativas de ocupação e renda”. Os aspectos referentes as condições de trabalho na colheita do café, os trabalhadores migrantes avaliaram o trabalho como “Bom”, enaltecendo as dificuldades do trabalho no local de origem, mas sabe-se que o trabalho na colheita do café, representa um trabalho árduo, mesmo assim, os migrante o considera como um trabalho “Bom”. O caso do trabalho migrante na cafeicultura, se diferencia dos modos de exploração do trabalho na cana de açúcar, contudo não se extingue a relação de exploração do trabalho.

As perspectivas dos migrantes, permitiu observar alguns fatores como os desejos e anseios impulsionam o movimento migratório. Portanto, ao perguntar sobre o quanto os trabalhadores pretende ganhar com seu trabalho, 87% dos entrevistados responderam que pretendem ganhar dois mil a quatro mil reais, descontando os gastos com o transporte de Santaluz até o distrito de Vilelândia, além do alimentação durante o período da colheita. Esses valores são significativos, quando relacionados a renda que o migrante tem em Santaluz, sendo que 41 dos entrevistados exercem atividades ligadas ao campo, seja como proprietário de pequena propriedade e/ou como trabalhador assalariado, principalmente na produção sisaleira.

A configuração da rede, ocorre a partir da necessidade do trabalhador migrante em se manter no local de origem, impulsionado pelos desejos de adquirir e ou possuir algum bem. Cabe destacar que, a rede se consolida pela demanda do cafeicultor por mão de obra e pela busca do migrante por melhores condições de trabalho e renda. Neste caso além da rede, se formar pelas trocas materiais (os fluxos de trabalhadores), ela também se constitui pela imaterialidade, pois o indivíduo carrega suas identidades e valores, desejos e anseios, uma gama de informações que se deslocam junto com o grupo.

A formação de uma rede social de mobilidade ocorre, pelas trocas imateriais que os migrantes exercem entre o lugar de origem, constituída pelos suas relações sociais

e pelo sentimento de pertencimento com o lugar. Haesbaert³ (1998, p. 62), define essa interação, pois os “territórios são marcados sobretudo pela horizontalidade espacial e especialmente quando fragmentados necessitam de redes (ainda que imateriais) para sua articulação”. A fragmentação corresponde ao processo de desterritorialização, pois o trabalhador migrante deixa seus laços sociais no lugar de origem, para se reterritorializar no lugar destino, carregando alguns aspectos que permite essa reterritorialização. O que foi observado *in lócus*, pois os migrantes se deslocam em grupos, como exposto por Saquet e Montardo (2008, p. 109) enfatizam que a migração “coincide com um processo de construção e interação territorial em rede. Desse modo, a mobilidade espacial da população produz, através de uma interação em rede, a construção de territórios interligados entre si tanto econômica como cultural e politicamente” por amigos e familiares (pai, filho, primo, sobrinho, etc), formando uma rede social de migração.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos com a pesquisa revelam o contexto da migração sazonal entre os municípios de Santaluz e Carmo do Rio Claro, impulsionado por fatores históricos e atuais, que proporcionaram a constituição da rede migratória entre os dois municípios. Destaque, para as precárias condições de trabalho e renda no município de origem (Santaluz), impulsionadas pelo contexto de implantação da produção sisaleira, intensificado com a implantação do Território do Sisal, que favoreceu a precarização das condições de vida no aspecto regional. A cafeicultura por sua vez, proporcionou a colonização e a dinamização da produção no contexto regional e favoreceu a agricultura familiar, sobretudo no município de Carmo do Rio Claro. Mas a falta de mão de obra, produz o cenário de atração de mão de obra, principalmente com a ascensão da produção cafeeira. Portanto, os pequenos agricultores de Santaluz, geralmente homens casados se deslocam em busca de melhores condições de trabalho e renda, como forma de manutenção da vida no campo, no lugar de origem. A estratégia não ocorre de maneira pontual, pois os trabalhadores esperam poder voltar para a colheita no próximo ano.

A análise da mobilidade populacional entre os dois municípios, a partir da ótica da Geografia, permitiu compreender os processos inseridos no movimento com relevância para a formação da rede social de migração e as alterações na dinâmica

³ Haesbaert (2012), aponta o processo de des-re-territorialização relacionado aos deslocamentos populacionais, partindo da ideia da multiterritorialidade.

socioespacial, compreendido a partir da análise do processo de des-re-territorialização, representado na investigação de como os entrevistados observam as diferenças entre a origem e o destino, bem como, o papel das redes possibilitam o deslocamento. E para não concluir, as relações estabelecidas entre trabalhadores migrantes e cafeicultores, ultrapassa a linha da relação e empregado e portanto criam-se relações mesmo que sazonais, as quais demandam uma nova análise envolvendo novas dimensões e categorias.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, Alisson F. **Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira:** uma abordagem multiescalar. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 225-246, jul./dez. 2007.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário:** Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas//pronaf>> Acesso em: 10 dez. 2013.

CARDOSO, Haroldo J. M.; DUTRA, Flamarion A. Migração e cafeicultura: dinâmicas socioespaciais Carmo do Rio Claro – MG. *Anais... VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. A Questão Agrária no Século XXI:* escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. *Anais... João Pessoa – PB*, 22 a 26, set. 20013.

CARMO, Maria A. A. Migrações Temporárias e as relações de trabalho no campo: o caso da cafeicultura no cerrado. *Anais... XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 2012, Uberlândia. **Território em disputa:** Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia: UFU, 15 a 19 de outubro de 2012.

DAMIANI, Amélia. **População e geografia.** São Paulo: Contexto, 1991.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital.** Editorial Estampa, 1977.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade:** a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EdUFF, 1998.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2012. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso: 11 mai. 2012.

INCRÁ – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2013. Disponível em: <<http://www.incr.gov.br/>> Acesso em: 20 jun. 2013. BECKER, Olga M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná E. et al. (orgs). **Explorações Geográficas:** percursos no fim do Século. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 320 – 367.

MENEZES, Marilda A. Migrações e Mobilidade: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo E. et al. (orgs). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo; Cultura Acadêmica, 2012, p. 21 – 40.

NETO, Helion Póvoa. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. In: HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Antonio da Silva. **Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007, p. 45 – 56.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO RIO CLARO. Disponível em: <<http://www.carmodorioclaro.mg.gov.br/>> Acesso em: 10 dez. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTALUZ. Disponível em: <<http://www.santaluzbahia.com/>> Acesso em: 10 dez. 2013.

ROSA, F. **Festa Temporona em Louvor a São Sebastião no Pedacinho Mineiro**. Ribeirão Preto, SP: São Francisco Gráfica e Editora, 2004. p. 182.

SAES, Alexandre M.; AVELINO, Antoniel F. Escravidão e Trajetória das Elites Locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. **Cultura História e Patrimônio**. v. 1, n.1, 2012.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. da. **Redes, sociedades e territórios**. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, pp. 51-78.

SAQUET, M. A. O(s) tempo(s) e o(s) território(s) da imigração no sul do Brasil. In: SPOSITO, Eliseu S. et al. (orgs.) **Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 235-240.

SAQUET, M. A.; MODARDO, M. L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista Nera**. nº. 13, julho/dezembro, 2008. p. 118-127.

SANTOS, Edinusia M. C.; SILVA, Onildo A. Agentes Sociais de Produção do Espaço Rural no Território do Sisal – Bahia. **Campo Território: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 9, p. 77-88, fev., 2010.

SILVA, Felipe P. M.; **Desenvolvimento Territorial: a experiência do Território do Sisal na Bahia**. 2012. 251f. Tese (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SILVA, Maria A. Moraes. Contribuições metodológicas para análise das migrações. In: HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Antonio da Silva. **Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007, p. 57 – 68.

SILVA, Maria Aparecida M.; MENEZES, Marilda A. - **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Brasília: NEAD, 2006. Disponível em: <www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

SOARES, A. M. V. **Genealogia da Família Vilela, de Carmo do Rio Claro – MG.** São Paulo: Editora Plêiade, 2011. p. 630.

WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. In: **Revista Brasileira de Estudos de População.** V.7, n.1, jan/jun 1990, pag. 35-53.

